



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141426 - GO (2021/0012516-5)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : IGOR MEDEIROS RODRIGUES OLIVEIRA (PRESO)  
**RECORRENTE** : MATHEUS MORAES LIMA (PRESO)  
**ADVOGADO** : LEIDIANE DIAS DE JESUS - GO047447  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por IGOR MEDEIROS RODRIGUES OLIVEIRA e MATHEUS MORAES LIMA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5603908-07.2020.8.09.0000).

Os recorrentes foram condenados à pena de 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito descrito no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, sendo-lhes negado o direito de recorrer em liberdade.

Sustentam os recorrentes o excesso de prazo da prisão, ao argumento de que estariam presos há mais de 226 dias, sem que tenha havido a devida revisão da segregação cautelar, nos termos do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Destacam a ausência de fundamentação idônea para a manutenção da custódia preventiva, salientando a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas à prisão.

Defendem a ocorrência de flagrante preparado, a configurar crime impossível.

Requerem, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No tocante à necessidade de revisão da prisão há cada 90 dias, bem como quanto à alegação de ocorrência de flagrante preparado, observa-se que as matérias não foram apreciadas pela Corte de origem. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENAS EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENAS. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida

*inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regime ntal improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

No mais, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão dos recorrentes foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos. Confira-se (e-STJ fl. 96):

*(...) ao contrário do asseverado na impetração, verifica-se que a negativa do direito de recorrerem da sentença condenatória em liberdade foi fundamentada, ainda que de maneira sucinta, na persistência dos motivos que justificaram a prisão cautelar de Igor Medeiros Rodrigues Oliveira e de Matheus Moraes Lima, cuja legalidade foi apreciada por esta Corte de Justiça no julgamento do Habeas Corpus de nº 5261252.11.2020.8.09.0000, quando ficou assentado que a decisão, conquanto sucinta, justifica a denegação do benefício da liberdade provisória na grande quantidade de droga apreendida, acompanhada de apetrecho destinado à mercancia (balança de precisão), extraída do depoimento extrajudicial de uma pessoa que estava no local, onde, afirmou, teria ido para adquirir substância entorpecente(...), e que as “condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade” - (STJ, 5ª Turma, RHC. nº 72.842/SP, Rel. Min. Jorge Mussi, DJ. De 12.8.2016), como no caso em apreço, onde a gravidade do crime e a periculosidade dos agentes, decorrem, como já mencionado, da quantidade de droga, apreendida junto com apetrecho utilizado narcotraficância.*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência